



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.101, DE 2024

(Do Sr. Alexandre Lindenmeyer)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a destinação de dispositivos eletrônicos que permitam o acesso à internet apreendidos ou objeto de perdimento, decorrente do crime de que trata o art. 349-A do Código Penal, a mulheres e jovens desempregados, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA;
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. ALEXANDRE LINDENMEYER)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a destinação de dispositivos eletrônicos que permitam o acesso à internet apreendidos ou objeto de perdimento, decorrente do crime de que trata o art. 349-A do Código Penal, a mulheres e jovens desempregados, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a destinação de dispositivos eletrônicos que permitam o acesso à internet apreendidos ou objeto de perdimento, decorrente do crime de que trata o art. 349-A do Código Penal, a mulheres e jovens desempregados, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º A destinação dos dispositivos eletrônicos a que se refere esta Lei será precedida por uma triagem para a seleção daqueles em bom funcionamento ou com apenas pequenos danos, devendo ser adotados os cuidados inerentes aos eventuais dados pessoais neles armazenados, em observância à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2016 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).



§ 2º Se houver necessidade de restauração e reparação dos dispositivos eletrônicos, o serviço será custeado pelas verbas de prestação pecuniária previstas no § 1º do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), desde que o valor necessário não ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor de mercado do dispositivo.

§ 3º A identificação e seleção dos destinatários dos bens a que se refere o caput será feita por critérios definidos em regulamentos, devendo ser priorizados indivíduos em situação de maior vulnerabilidade e que, adicionalmente, não possuem dispositivos eletrônicos que permitam o uso da internet.

Art. 2º O art. 91 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 91.

.....

.

§ 3º Quando forem objeto de perdimento, em decorrência do crime previsto no art. 349-A, dispositivos eletrônicos que permitam o acesso à internet serão destinados a mulheres e jovens desempregados, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, na forma do regulamento.”

Art. 3º O art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 133-

A.

.....

.

§ 4º Transitada em julgado a sentença penal condenatória com a decretação de perdimento dos bens, ressalvado o direito do lesado ou terceiro de boa-fé, o juiz poderá determinar a transferência definitiva da propriedade ao órgão público beneficiário ao qual foi custodiado o bem, observado o disposto no § 5º.

§ 5º O dispositivo eletrônico que permita acesso à internet objeto de perdimento, em decorrência do crime previsto no art. 349-A, será necessariamente destinado a mulheres e jovens desempregados, inscritos no Cadastro Único para Programas



Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 4º O art. 50 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 50.

.....

.

§

1º

§ 2º Os aparelhos telefônicos a que se refere o inciso VII do caput deste artigo que permitam o acesso à internet, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não interessarem à persecução penal, ou quando não vinculados a efeito ou a investigação específica, serão encaminhados pelo juiz competente à rede socioassistencial, para serem destinados a mulheres e jovens desempregados, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, na forma do regulamento.”(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na era digital em que vivemos, a tecnologia desempenha um papel crucial em diversos aspectos da sociedade, influenciando desde a economia até a inclusão social. Nesse contexto, a redistribuição de dispositivos eletrônicos que permitam o acesso à internet apreendidos ou objeto de perdimento por crimes pode ser uma estratégia eficaz para promover a inclusão digital e social de grupos vulneráveis.

Essa ideia orientou o Projeto de Lei nº 1.906, de 2021, de autoria do Deputado Eduardo Bismark, que no final do ano passado foi aprovado conclusivamente por esta Câmara dos Deputados, estando pendente



de apreciação pelo Senado Federal, que atuará como casa revisora. Aquele projeto pretende destinar às redes públicas de ensino dispositivos eletrônicos apreendidos ou objeto de perdimento em geral.

O nosso projeto, por outro lado, busca alterar legislações chave – o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal – para estabelecer um mecanismo de destinação de parte desses dispositivos a mulheres e jovens desempregados inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mas limitando a origem desses bens para os crimes de favorecimento real consistente em “Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional” (art. 349-A do Código Penal), bem como para aqueles que foram apreendidos em posse de condenados a pena privativa de liberdade (inciso VII do art. 50 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal).

A destinação de dispositivos eletrônicos que permitam o acesso à internet a populações vulneráveis não só contribui para a inclusão digital, facilitando o acesso à educação, ao trabalho remoto e a serviços públicos digitais, mas também promove a inclusão social. A inclusão digital é reconhecida como um pilar fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, conforme evidenciado em diversos estudos e políticas públicas ao redor do mundo.

A reutilização de dispositivos eletrônicos apreendidos que permitam o acesso à internet representa uma forma eficiente de dar um destino socialmente útil a bens que, de outra forma, poderiam ser descartados ou subutilizados. Segundo dados recentes, somente no ano de 2023, foram apreendidos 40 mil celulares dentro de presídios no Brasil¹. Além disso, a recuperação e o reaproveitamento desses dispositivos alinham-se com princípios de sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de produção de novos equipamentos e minimizar o desperdício eletrônico.

1 Ver <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policiais-apreenderam-40-mil-celulares-em-presidios-no-brasil-em-2023/>.



O projeto de lei ressalta a importância da conformidade com a LGPD, assegurando que qualquer dado pessoal contido nos dispositivos apreendidos seja tratado de acordo com os princípios da legislação. Isso demonstra uma preocupação não apenas com a inclusão digital, mas também com a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos indivíduos.

A proposta em tela também prevê que os custos de restauração e reparação desses dispositivos possam ser cobertos por verbas de prestação pecuniária, com um limite de até 30% do valor de mercado do dispositivo. A medida garante que a implementação desta política seja economicamente viável, sem onerar excessivamente o orçamento público.

Iniciativas semelhantes têm sido implementadas em diversos países, como programas de doação de equipamentos eletrônicos a escolas e organizações sem fins lucrativos, visando reduzir a brecha digital. Um exemplo notável é o programa *Computers for Schools Canada*², que recondiciona dispositivos doados para uso educacional.

Assim, tendo em vista que a destinação desses dispositivos eletrônicos para grupos vulneráveis insere-se em uma abordagem de economia circular, que busca reduzir o desperdício e promover o uso sustentável dos recursos, além de alinhar-se aos princípios da justiça social, pedimos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER

2024-693

2 Ver: <https://ised-isde.canada.ca/site/computers-for-schools-plus/en/computers-schools-plus>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-1207;2848
DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-1003;3689
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993-12-07;8742
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1984-07-11;7210

FIM DO DOCUMENTO